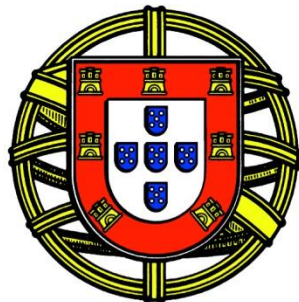


MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Proposta de Orçamento 2011

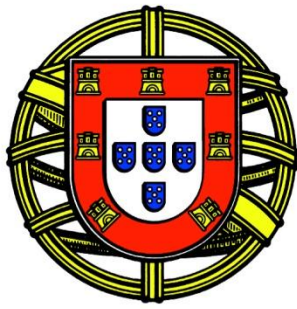
MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO
ORDENAMENTO DE TERRITÓRIO



PREVISÃO DE DESPESA CONSOLIDADA (M€)

	DESCRIÇÃO	MONTANTE
(1)	Despesa Prevista sem activos e passivos financeiros	392,4
(2)	Despesas em Activos Financeiros	147,9
(3)	Despesas em Passivos Financeiros	11,0
(4) = (1)+ (2)+(3)	Total de despesa do MAOT com activos e passivos financeiros	551,3

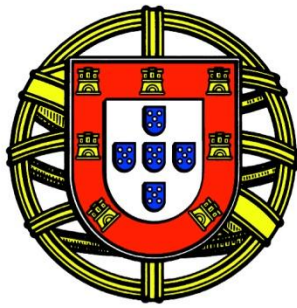
Fonte: Valores retirados do Relatório do OE, p 254



MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

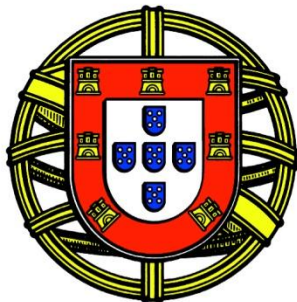
2

- **Dotação Total: 590,7 M€**
 - Decréscimo de 123,7 M€ (-17,31 %, face ao OE de 2010)
- **Funcionamento: 358,1 M€**
 - Decréscimo de 73,3 M€ (-17,0% face ao OE 2010)
 - Receitas Gerais: 99,1
 - Outras Receitas: 259,0
- **PIDDAC: 232,6 M€ (10,3% do PIDDAC global)**
 - Decréscimo de 50,4 M€ (-17,8% face ao OE 2010)
 - Receitas Gerais: 67,5
 - Outras Receitas: 76,9
 - Financiamento Comunitário: 88,1



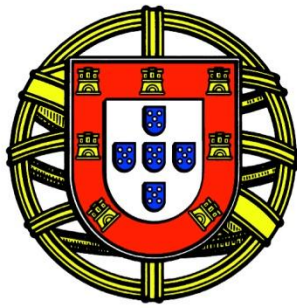
TOTAL DE DOTAÇÕES MAOT 2010/2011

ORÇAMENTOS	2011	2010	DIFERENCIAL ENTRE 2011 E 2010	DIFERENCIAL PERCENTUAL ENTRE 2011 E 2010
Funcionamento	358,1	431,4	-73,3	-17,0%
PIDDAC	232,6	283,0	-50,4	-17,8%
Total	590,7	714,4	-123,7	-17,3%



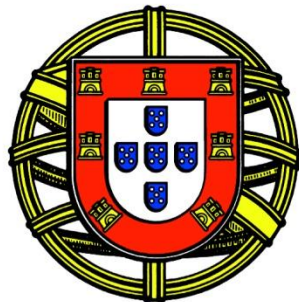
FONTES DE FINANCIAMENTO DO FUNCIONAMENTO (M€)

FONTES DE FINANCIAMENTO	MONTANTE	DISTRIBUIÇÃO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO
RECEITAS GERAIS	99,1	27,7%
OUTRAS RECEITAS	259,0	72,3%
TOTAL	358,1	100,0%



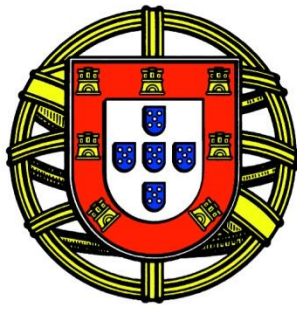
OUTRAS RECEITAS - FUNCIONAMENTO

- Do total das “Outras Receitas”, cerca de 150 M€ correspondem ao IHRU, com origem na sua actividade creditícia e rendimentos com imóveis
- Em “Outras Receitas” encontram-se ainda incluídas as verbas do Fundo de Protecção dos Recursos Hídricos (17 M€), do Fundo de Intervenção Ambiental (1 M€) e do Fundo para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade (1 M€)
- As restantes verbas da Componente “Outras Receitas” dizem respeito a receitas próprias dos organismos do MAOT com origem em taxas e prestação de serviços (Ex: TGR; TRH, etc)



FONTES DE FINANCIAMENTO DO PIDDAC (M€)

FONTES DE FINANCIAMENTO	MONTANTE	DISTRIBUIÇÃO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO
RECEITAS GERAIS	67,5	29,0%
OUTRAS RECEITAS (FINANCIAMENTO NACIONAL)	76,9	33,1%
FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO	88,1	37,9%
TOTAL	232,6	100,0%



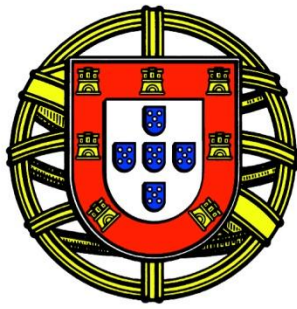
OUTRAS RECEITAS – PIDDAC

- A componente “Outras Receitas” (com inclusão de activos e passivos financeiros) são verbas afectas ao IHRU (65,8 M€) com origem, essencialmente, em empréstimos, em reembolso de empréstimos concedidos.
- O remanescente é essencialmente relativo a transferências previstas do IFDR para as CCDR (para as Assistências Técnicas do QREN) e do FPRH.



SÍNTESE DAS PRIORIDADES POLÍTICAS (Func. + PIDDAC):

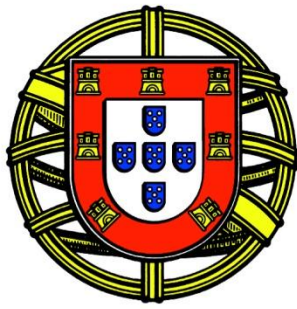
- Plano de Acção para o Litoral: **27,7 M€** + Polis LITORAL (50 M€) + participação das Autarquias + ARHs através de candidaturas ao FPRH
- Conservação da Natureza: **10 M€**
- Política de Cidades e Habitação: **213,8 M€**
- Resíduos: **4,5 M€**
- Recursos Hídricos: **37,2 M€** + Polis RIOS
- Alterações Climáticas: **45 M€** (FP Carbono) dotação OE, receitas de lâmpadas e do gasóleo de aquecimento



LITORAL:

27,7 M€

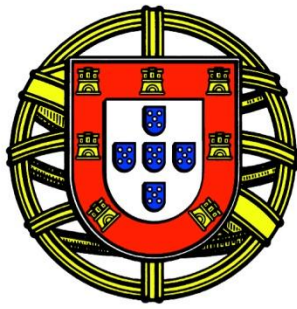
- Defesa costeira
- Requalificação de praias e de frentes de mar
- Saneamento de arribas e outras acções de minimização de risco
- Revisão de planos de ordenamento da orla costeira
- Acresce àquele valor cerca de 50 M€ na qualificação da zona costeira através das 4 intervenções do Polis Litoral
- O investimento a efectuar será ainda mais elevado, uma vez que diversas autarquias levarão a efeito investimentos no litoral, no âmbito da execução dos POOC e as ARH executarão obras, nomeadamente, recorrendo a candidaturas ao FPRH.



CONSERVAÇÃO DA NATUREZA:

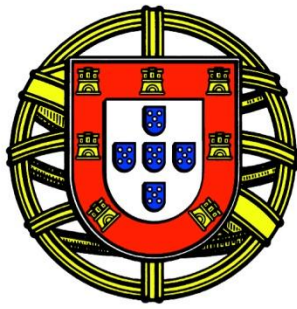
10 M€

- Consolidação da fase de conservação in-situ (reprodução em cativeiro) do Plano de Acção para a conservação do lince ibérico, e início da preparação das primeiras zonas para a libertação confinada dos primeiros animais em semi-cativeiro
- Divulgação e visitação de áreas protegidas
- Gestão activa e conservação do património natural
- Modernização do ICNB na relação com os utilizadores



CONSERVAÇÃO DA NATUREZA (continuação)

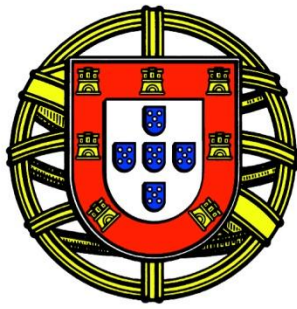
- Operacionalizado o Fundo para a Conservação da Natureza e Biodiversidade, regulamentado em 2010
- Recuperação das áreas prioritárias das Áreas Protegidas afectadas pelos incêndios de 2010 e reforço das políticas que vinham sendo desenvolvidas na mitigação e prevenção de fogos florestais e de recuperação de zonas ardidas.
- Será dada prioridade aos meios de vigilância e de primeira intervenção de fogos nas Áreas Protegidas (viaturas).



POLITICA DE CIDADES E HABITAÇÃO:

213,8 M€

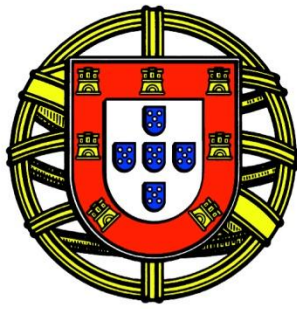
- Crédito a conceder pelo IHRU, com reforço do crédito à reabilitação urbana
- Comparticipações da DGOTDU destinadas à conclusão de acções POLIS Cidades, ao programa de equipamentos urbanos de utilização colectiva e ao programa de reabilitação de áreas degradadas
- Comparticipações e apoios à habitação social (incluindo no âmbito do realojamento)
- Reabilitação do parque habitacional doo IHRU
- Participação do IHRU em parcerias para a reabilitação urbana da Política de cidades
- Operações em “Bairros Críticos” (Lagarteiro, Cova da Moura e Vale da Amoreira)



RESÍDUOS:

4,5 M€

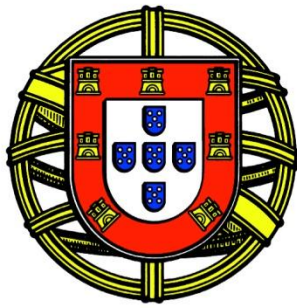
- Infra-estrutura informática para a recolha, validação e disponibilização de informação sobre resíduos
- Financiamento de projectos, mediante candidatura para a implementação de soluções inovadoras de gestão de resíduos
- Acresce àquele valor cerca de **160 M€** em investimentos a efectuar pela EGF



RECURSOS HÍDRICOS:

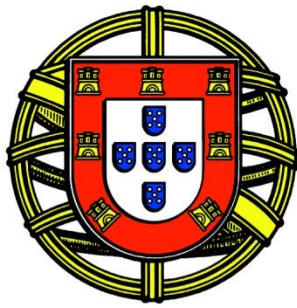
37,2 M€

- As ARHs continuarão a consolidar a sua missão, focada na protecção e valorização dos recursos hídricos e a promover uma dinâmica de desenvolvimento local e regional, através de parcerias, designadamente com os municípios, empresas e ONGs
- Conclusão da elaboração dos planos de gestão de bacia hidrográfica e a sua colocação em discussão pública
- Lançamento de planos de estuário, a par da revisão dos planos de ordenamento da orla costeira e de albufeiras de águas públicas.
- Continuação das intervenções de protecção e valorização fluvial,
- Lançamento do Programa do Polis dos Rios



RECURSOS HÍDRICOS (continuação):

- Implementação de aproveitamentos hidroeléctricos de pequena dimensão, suportados por uma estratégia compreensiva de gestão da bacia hidrográfica, em paralelo com a implementação do Plano Nacional de Barragens de Elevado Potencial Hidroeléctrico
- No que concerne ao conhecimento e informação em recursos hídricos, manter-se-á a tendência de ampliação das redes de monitorização da qualidade ecológica e consolidar-se-á a capacidade de gestão dos riscos de escassez e de cheias, neste caso com a conclusão da estratégia nacional de índole adaptativa para fazer face aos impactes da variabilidade climática mediados pela água



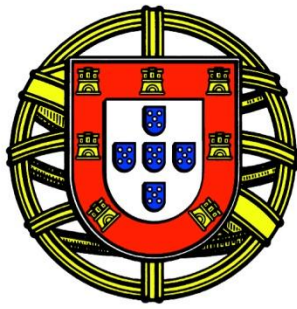
ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO:

387 M€: através dos investimentos das participadas da AdP

- Sistemas “em alta” (abastecimento de água e saneamento de águas residuais) : 296 M€
- Verticalização “ baixas” (abastecimento de água e saneamento de águas residuais): 91 M€

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS:

- **45 M€:** Fundo Português de Carbono
- Aquisição de créditos de redução de emissões
- Investimentos noutros Fundos de Carbono
- Apoio a projectos domésticos para a redução de emissões



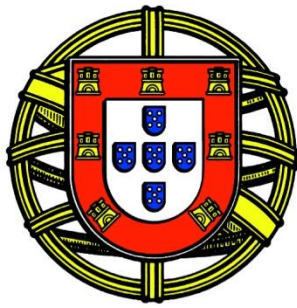
ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO:

387 M€: através dos investimentos das participadas da AdP

- Sistemas “em alta” (abastecimento de água e saneamento de águas residuais) : 296 M€
- Verticalização “ baixas” (abastecimento de água e saneamento de águas residuais): 91 M€

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS:

- **45 M€:** Fundo Português de Carbono
- Aquisição de créditos de redução de emissões
- Investimentos noutros Fundos de Carbono
- Apoio a projectos domésticos para a redução de emissões (ex. Projecto TerraPrima e Programa MOBIE.E)



OUTRAS PRIORIDADES POLÍTICAS

- **Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais:**
 - Continuidade das acções de implementação do Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2007-2013 (PEAASAR II)
 - Implementação do Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água.
- **Política do Solo**
 - Especial relevância para o desenvolvimento do projecto de uma nova lei do solo
- **Integração da gestão ambiental nas políticas sectoriais**
 - Reforma fiscal ambiental, no sentido de desonerar produtos e serviços relevantes para a eficiência energética
 - Consolidação da política de compras públicas ecológicas